

Alerta Legislação nº 30, de 23 a 28 jul. 2018

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

■ **DECRETO Nº 9.451, DE 26 DE JULHO DE 2018**

Regulamenta o art. 58 da [Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015](#), que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.

■ **DECRETO Nº 9.450, DE 24 DE JULHO DE 2018**

Institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional, e regulamenta o § 5º do art. 40 da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#) (*), que regulamenta o disposto no inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição e institui normas para licitações e contratos da administração pública firmados pelo Poder Executivo federal.

(*) Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências

LEGISLAÇÃO FEDERAL

PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
27/07/2018	<u>LEI Nº 13.697, DE 26 DE JULHO DE 2018</u> Inscreve os nomes de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, Sórora Joana Angélica de Jesus, Maria Felipa de Oliveira e João Francisco de Oliveira (João das Botas) no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. <u>DECRETO Nº 9.451, DE 26 DE JULHO DE 2018</u> Regulamenta o art. 58 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 , que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.
25/07/2018	<u>DECRETO Nº 9.450, DE 24 DE JULHO DE 2018</u> Institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema

	Prisional, voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional, e regulamenta o § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (*), que regulamenta o disposto no inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição e institui normas para licitações e contratos da administração pública firmados pelo Poder Executivo federal. <i>(*) Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências</i>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 33, DE 18 DE JULHO DE 2018(*)</u> (...) Art. 1º Fica incorporado ao ordenamento jurídico nacional o "Regulamento Técnico MERCOSUL de Identidade e Qualidade de Tomate", aprovado pela Resolução GMC - MERCOSUL nº 26/17, na forma do Anexo a esta Instrução Normativa. (...)
Ministério da Defesa (MD)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 40/GM-MD, DE 11 DE JULHO DE 2018</u> Institui o Sistema de Geoinformação de Defesa (SisGEODEF), sua Infraestrutura de Dados Espaciais de Defesa (IDEDefesa) e o Conselho de Geoinformação de Defesa (ConGEODEF) e dá outras providências.
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>PORTARIA Nº 98.972, DE 25 DE JULHO DE 2018</u> Estabelece, no âmbito do Banco Central do Brasil, procedimentos para o atendimento às demandas formuladas com base na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (*) - Lei de Acesso à Informação (LAI). <i>(*) Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências</i> CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ) <u>ATO COTEPE/MVA Nº 14, DE 24 DE JULHO DE 2018</u> Altera as Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV anexas ao ATO COTEPE/ICMS 42/13, que divulga as margens de valor agregado a que se refere à cláusula oitava do Convênio ICMS 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, e com outros produtos. → Secretaria Executiva <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 14, DE 24 DE JULHO DE 2018</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.818, DE 24 DE JULHO DE 2018</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.702, de 21 de março de 2017, que disciplina o despacho aduaneiro de exportação processado por meio de Declaração Única de Exportação (DU-E). <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.817, DE 20 DE JULHO DE 2018</u> Dispõe sobre o Registro Especial de Controle de Papel Imune de que tratam os arts. 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009 (*). (*) Altera a legislação tributária federal e dá outras providências
Ministério da Saúde (MS)	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) – Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 28, DE 26 DE JULHO DE 2018</u> Estabelece as listas de constituintes, de limites de uso, de alegações e de rotulagem complementar dos suplementos alimentares. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 27, DE 25 DE JULHO DE 2018</u> Publica a Lista de referências para avaliação de segurança e eficácia de medicamentos dinamizados. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 25, DE 25 DE JULHO DE 2018</u> Dispõe sobre as indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados. <u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 243, DE 26 DE JULHO DE 2018</u> Dispõe sobre os requisitos sanitários dos suplementos alimentares. <u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA RDC Nº 242, DE 26 DE JULHO DE 2018</u> Altera a Resolução - RDC nº 24, de 14 de junho de 2011, a Resolução - RDC nº 107, de 5 de setembro de 2016, a Instrução Normativa - IN nº 11, de 29 de setembro de 2016 e a Resolução - RDC nº 71, de 22 de dezembro de 2009 e regulamenta o registro de vitaminas, minerais, aminoácidos e proteínas de uso oral, classificados como medicamentos específicos. <u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 239, DE 26 DE JULHO DE 2018</u> (...) Art. 1º Esta Resolução estabelece os aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em suplementos alimentares. (...) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 238, DE 25 DE JULHO DE 2018</u> Dispõe sobre o registro, a renovação de registro, as mudanças pós-registro e a notificação de medicamentos dinamizados industrializados.
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 464, DE 25 DE JULHO DE 2018</u> Dispõe sobre Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério

	das Cidades. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 25 DE JULHO DE 2018</u> Dá nova redação à Instrução Normativa nº 23, de 14 de dezembro de 2015, que regulamenta o Programa de Apoio à Produção de Habitações. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 20 DE JULHO DE 2018</u> Altera o Anexo I da Instrução Normativa nº 27, de 11 de julho de 2017, que regulamenta a reformulação do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana – PRÓTRANSPORTE.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) <u>PORTARIA Nº 2.102 DE 23 DE JULHO DE 2018</u> Altera o art. 7º da Portaria nº 1.647 de 11 de junho de 2018, considerando a necessidade de ampliação do prazo previsto no referido artigo, que estabelece o calendário e as regras para a eleição das vagas destinadas às organizações da sociedade civil sem fins lucrativos das cinco regiões brasileiras, que integrarão a Câmara Consultiva Nacional do Ibama.
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 457, DE 23 DE JULHO DE 2018</u> Estabelece procedimentos relativos a instrumentos de delegação aos Municípios, Estados da Federação e Distrito Federal envolvendo a malha rodoviária federal e constitui Comissão Permanente para o acompanhamento e implementação das ações correlatas.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
28/07/2018	<u>LEI Nº 16.802, DE 27 DE JULHO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 91, de 2018, do Deputado Carlos Cezar – PSB) Altera a <u>Lei nº 15.661, de 9 de janeiro de 2015</u>, que institui o programa Lições de Primeiros Socorros na educação básica da rede escolar em todo Estado, e dá providências correlatas.
25/07/2018	<u>DECRETO Nº 63.604, DE 24 DE JULHO DE 2018</u> Altera a denominação da Estação da Linha 1 Azul do Metrô de Estação Liberdade para Estação Japão-Liberdade

24/07/2018	<u>DECRETO Nº 63.603, DE 23 DE JULHO DE 2018</u> Dispõe sobre a não ratificação do Convênio ICMS50/18, que altera o Convênio ICMS-38/12, o qual concede isenção do ICMS nas saídas de veículos destinados a pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental ou autista
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA PGE/SE/SS/SAP - 1, DE 20-7-2018</u> Institui o Programa de Solução Adequada dos Conflitos de Natureza Disciplinar, destinado a racionalizar e aprimorar a atuação da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado e dos órgãos e entidades da Administração Direta e Autárquica no âmbito disciplinar
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>PORTARIA CONJUNTA SEE/SEC/FDE 1, DE 26-7-2018</u> Define parâmetros à execução do Programa Cultura Ensina e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SE 47, DE 25-7-2018</u> Institui o Programa Cultura Ensina e dá providências correlatas
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF-86, DE 27-7-2018</u> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida acumulada de junho de 2017 a maio de 2018 COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>COMUNICADO CAF-G 00014, DE 24-07-2018</u> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de junho de 2018. → Contadoria Geral do Estado (CGA) → Centro de Análise Contábil e Informações GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA <u>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</u> ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO DE 2018 - 3º BIMESTRE: MAIO - JUNHO (...)
Governo (SG)	FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO <u>PORTARIA FUSSESP/CG 1, DE 25-07-2018</u> Institui Subcomissão de Vistoria e Avaliação de Bens Inservíveis a serem alienados nos Leilões de Materiais Inservíveis do Fundo Social

	de Solidariedade do Estado de São Paulo - Fussesp <u>PORTARIA FUSSESP/GP 6, DE 25-07-2018</u> Institui Comissão Executiva de Leilão de Materiais Inservíveis do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - Fussesp para os fins que especifica <u>PORTARIA FUSSESP/GP 5, DE 25-07-2018</u> Institui Comissão de Seleção de Chamamento Público no âmbito do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e dá providências correlatas
Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SJDC-10, DE 25-7-2018</u> Altera a Resolução SJDC-15, de 13-07-2017, que dispõe, no âmbito da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, sobre a constituição e composição da Comissão Especial para apuração e eventual proposição de Sanções Administrativas restritivas da liberdade de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração Estadual, delega competências quanto à aplicação das sanções e dá providências correlatas
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA-93, DE 26-7-2018</u> Revoga a Resolução SMA-29, de 21-3-2018 (...) Artigo 1º - Fica revogada a Resolução SMA-29, de 21-3-2018, que estabeleceu normas para a realização de audiências públicas no processo de elaboração ou de revisão de planos de manejo das Unidades de Conservação da Natureza administradas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente ou pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. (...)
Planejamento e Gestão (SPG)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>COMUNICADO</u> Audiências Públicas Lei Orçamentária Anual – LOA 2019 UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS (UCRH) <u>INSTRUÇÃO UCRH-4, DE 24-7-2018</u> Dispõe sobre o encaminhamento de processos e expedientes à Unidade Central de Recursos Humanos e ao Núcleo de Direito de Pessoal
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
28/07/2018	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 525, DE 2018</u> Classifica como Estância Turística o Município de Pedreira.

	DOE Legislativo, 28/07/2018, p. 3
27/07/2018	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 39, DE 2018</u> Altera a Lei complementar nº 432, de 18 de dezembro de 1985, para assegurar a manutenção do direito do adicional de insalubridade ao servidor afastado por licença maternidade, licença paternidade e por readaptação. DOE Legislativo, 27/07/2018, p. 3 <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 38, DE 2018</u> Assegura aos professores afastados para exercício em funções de assessoria pedagógica nos órgãos regionais e centrais da Secretaria Estadual de Educação o direito à aposentadoria especial de magistério. DOE Legislativo, 27/07/2018, p. 3
26/07/2018	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 518, DE 2018</u> Estabelece a obrigatoriedade de afixação de placas em parques infantis e estabelecimentos afins. DOE Legislativo, 26/07/2018, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 517, DE 2018</u> Altera a Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, acrescentando o inciso IX ao seu artigo 13. DOE Legislativo, 26/07/2018, p. 7 PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 37, DE 2018</u> Altera o artigo 43 da Lei Complementar nº 207/79, que dispõe sobre as vantagens de ordem pecuniária dos Policiais Civis. DOE Legislativo, 26/07/2018, p. 7
25/07/2018	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 516, DE 2018</u> Proíbe a fabricação e o comércio de produtos de marfim no Estado de São Paulo. DOE Legislativo, 25/07/2018, p. 10
24/07/2018	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 515, DE 2018</u> Autoriza o Poder Executivo a criar políticas públicas de Patrulha Rural e dá outras providências. DOE Legislativo, 24/07/2018, p. 8
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

28/07/2018	<u>DECRETO Nº 58.342, DE 27 DE JULHO DE 2018</u> Regulamenta a Lei nº 16.736, de 1º de novembro de 2017, que dispõe sobre a obrigatoriedade da construção ou adaptação de fraldários acessíveis aos frequentadores de <i>shopping centers</i> e estabelecimentos similares, especialmente quanto a sua fiscalização e aplicação das penalidades cabíveis. <u>DECRETO Nº 58.341, DE 27 DE JULHO DE 2018</u> Regulamenta a Lei nº 16.172, de 17 de abril de 2015, que proíbe a lavagem de calçadas com água tratada ou potável e fornecida por meio da rede da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP que abastece o Município de São Paulo.
27/07/2018	<u>DECRETO Nº 58.339, DE 26 DE JULHO DE 2018</u> Retifica o § 2º do artigo 2º do Decreto nº 57.380, de 13 de outubro de 2016, acrescido pelo Decreto nº 58.197, de 16 de abril de 2018, que dispõe sobre a desvinculação de receitas correntes, em conformidade com o disposto no artigo 76-B da Constituição Federal.
26/07/2018	<u>DECRETO Nº 58.337, DE 25 DE JULHO DE 2018</u> Dispõe sobre a criação de centro municipal de educação infantil. <i>[Distrito Jardim Ângela]</i>
25/07/2018	<u>DECRETO Nº 58.334, DE 24 DE JULHO DE 2018</u> Regulamenta a Lei nº 16.732, de 1º de novembro de 2017, que instituiu o Programa Tempo de Despertar, voltado à reflexão, conscientização e responsabilização dos autores de violência doméstica contra a mulher.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107